

SIMONE PEREIRA SCHMIDT

O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90

Resumo: Este artigo discute a produção e a recepção dos discursos sobre o feminismo no Brasil desde os anos 70 até os 90. Enfocando especialmente os suplementos culturais "Folhetim" e "Mais", ambos da Folha de S. Paulo, busca-se mapear as idéias que circularam neste período, observando as transformações que foram sofrendo, de modo a reconstruir o percurso teórico delineado por tais discursos, bem como sua relação com o contexto político brasileiro.
Palavras-chave: feminismo, periodismo cultural, Brasil, movimento feminista, política.

Um leitor estrangeiro que desavisadamente tomasse em suas mãos o suplemento cultural de um dos maiores jornais do Brasil no início dos anos 90 por certo veria que ali se travava uma guerra surda contra o feminismo e suas conquistas. A pergunta que me formulei a partir da leitura dos inúmeros artigos escritos nesse período é: por quê? Por que os ataques às mais difundidas conquistas do feminismo dos anos 70 e parte dos 80? Por que a guerra contra os novos caminhos da luta política, advindos do período reivindicativo dos primeiros tempos, caminhos estes aprendidos na arena dos discursos e das práticas micropolíticas do cotidiano?

Pretendo, neste trabalho, enfrentar tais perguntas, procurando focar os discursos sobre o feminismo no Brasil em dois momentos: no fim dos anos 70 e início dos 80, período que coincide com o início do movimento feminista,¹ paralelamente ao processo de redemocratização do país, quando se esgotava o regime militar, e o início dos anos 90, em que o movimento feminista, ao fim de um longo processo de construção, de afirmação e divulgação de suas

1. Não pretendo com essa afirmação desconhecer a totalidade das lutas empreendidas pelas mulheres brasileiras ao longo de sua história, especialmente aquelas travadas no século XIX pelo direito à educação, e nos séculos XIX e XX pelo direito ao voto, mas me refiro aqui a uma certa configuração mais contemporânea da idéia de movimento, com uma expressão pública mais definida e uma continuidade histórica ininterrupta até o presente.

bandeiras, se institucionaliza, passando a construir formas de existência na sociedade civil para além dos grupos independentes e dos setores femininos dos partidos, estruturando-se em organizações governamentais ou não-governamentais, ao mesmo tempo em que o país se vê euforicamente envolvido com o *Impeachment* de Fernando Collor de Melo.

Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre a escolha do material que recolhi nesta pesquisa. Trata-se, como já disse, do suplemento cultural do jornal mais lido pelos intelectuais brasileiros, a *Folha de São Paulo*. Tal suplemento, até o final dos anos 80, chamava-se *Folhetim* e circulava aos domingos. Com a morte do *Folhetim*, no início dos anos 90 vem à luz o *Mais!*, encarte também dominical que funciona no país, tal como seu ancestral, como uma espécie de "bússola" para os letrados, politizados, acadêmicos etc. Falar de tais suplementos é falar portanto, em primeiro lugar, de poder cultural. Através das páginas do *Mais!*, os intelectuais brasileiros, de norte a sul, são informados semanalmente do que deve ser a nova moda intelectual das próximas semanas. Dois eixos de poder se configuram claramente na leitura do caderno: de fora (em especial dos Estados Unidos) para dentro do país, e do centro do país (leia-se São Paulo) para suas outras regiões. Dois problemas estão inicialmente implicados nessa questão de recepção dos discursos da cultura, e os dois são bastante evidentes: (1) tudo que se afirma e se produz no mundo da cultura não está sintetizado no *New York Times* ou no *New Republic*, assim como (2) o caderno *Mais!* não se ocupa de fazer circular o que se pensa e se diz para além do centro em que ele se situa.

Escolhi, portanto, trabalhar sobre o eixo da recepção dos discursos que veiculam o feminismo no Brasil em dois níveis: o primeiro, um nível de massa, na medida em que o jornal enfocado é de grande tiragem e de ampla circulação nacional; o segundo nível pretende focar a recepção desses discursos por parte de uma camada intelectualizada e politizada, que constitui o público preferencial dos cadernos analisados. Ao definir essas escolhas — os cadernos *Folhetim* (nos anos 70-80) e *Mais!* (nos anos 90) — estou escolhendo trabalhar com a questão do poder cultural, ou seja, indagar quais foram — e quais são — os discursos e as teorias buscados para sustentar uma determinada visão do feminismo que tais cadernos pretenderam — no passado, e pretendem, hoje — veicular. Cabe aqui, entretanto, uma ressalva: o lugar a partir do qual pretendo desenvolver minha análise não é o lugar de uma especialista; não sendo socióloga, nem historiadora, o que escrevo parte de uma

suplementos culturais, como alguém que viveu, do lado de dentro, o feminismo das últimas décadas.

Se comecei identificando no início dos anos 90 um clima de guerra fria contra o feminismo, é bom que se diga que nem sempre foi assim. O *Folhetim* encerra a década de 70 fazendo um balanço em que se lê um saldo altamente positivo das conquistas do feminismo naquele período. Destacando embora o caráter de novidade do assunto, e sua necessária vinculação ao "amplo quadro político e cultural" em que ele se situa, o fato é que a editoria do caderno dedica um número, o de 11 de outubro de 1979, exclusivamente à "Mulher". Decididamente, mulheres e suas reivindicações haviam virado assunto digno de atenção no país. É de se destacar que o jornal tem o mérito de dar voz efetivamente às feministas, e são elas que formulam a reflexão sobre o leque de temas que então constituem a agenda do movimento: discriminação salarial, dupla jornada de trabalho, a pobreza das mulheres, reivindicação de creches, direito ao prazer, denúncia da violência praticada contra as mulheres, em casa e na rua, crítica aos estereótipos do comportamento feminino veiculados pela mídia, pela publicidade e pela cultura de massa. Há ainda nesse número duas discussões específicas sobre questões feministas intimamente vinculadas ao contexto brasileiro: uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelas bóias-frias no cotidiano de seu trabalho, carecendo até mesmo de direitos básicos como a existência de um simples banheiro a que recorrer durante a jornada de trabalho, e uma outra matéria, intitulada "A nova Amélia", que trata do processo de conscientização das donas de casa na periferia de São Paulo e sua conseqüente mobilização através dos "clubes de mães", entidades autônomas que lhes permitiram sair à rua e fazer muito barulho na luta por creches e contra a carestia. Tempos de ditadura, em que só mesmo empunhando a bandeira da dona de casa, da mãe de família, podia-se driblar a repressão por algumas horas.

Por essa época o perfil do *Folhetim* pode ser assim definido: um caderno de esquerda, visivelmente preocupado em formular para o país um projeto político e cultural aliado à plataforma de reivindicações dos trabalhadores, que voltam a se organizar e têm na greve do ABC paulista em 79 um marco no processo de rearticulação do movimento sindical. Mas não se trata de uma esquerda às antigas. Uma canção de Caetano Veloso sobre esse mesmo período diz que "enquanto os homens exercem seus podres poderes, índios e padres, negros, bichas e mulheres/ e adolescentes fazem o carnaval". Carnaval, carnavalização. É também nesse momento que Mikhail

Bakhtin ingressa na academia brasileira, e o efeito de seu estudo sobre a cultura popular na Idade Média se alastra rapidamente: o carnaval tem tudo a dizer à cultura brasileira, híbrida, babelíca, e, dizem alguns, transgressora.

De fato, se em 68 a primavera fora interrompida pelo AI 5, ela parece retornar com a abertura no fim dos anos 70 e início dos 80. Uma primavera que dura até o golpe desferido contra o movimento das diretas-já. Que morre em doses homeopáticas: na definição das eleições indiretas, na morte de Tancredo Neves, presidente civil eleito indiretamente, via colégio eleitoral. Mas falemos da primavera, e do que ganhou vida enquanto ela durou. No 8 de março de 81, a capa do *Folhetim* chama para o caráter fortemente reivindicativo do movimento: "O que as mulheres tanto procuram?" E mais uma vez encontramos os temas que mobilizam as feministas na época: trabalho, salário desigual, trabalho doméstico, profissões ditas femininas e socialmente desvalorizadas, como a das bóias-frias ou das empregadas domésticas. Predomina o tom do testemunho e do depoimento. Há também a preocupação com o debate, e uma longa discussão sobre casamento e maternidade ocupa várias páginas do caderno, envolvendo personalidades de destaque do mundo acadêmico e da militância feminista da época.

Se agora saltarmos do 8 de março de 81 para o 8 de março de 92, temos mais do que um recorte temporal. Temos, se nos guarmos exclusivamente pelas páginas do caderno — já reformulado e com outro nome, o *Mais!* — temos, eu dizia, um choque, uma outra cultura. Um outro país? O país da era Collor, em busca de uma decantada "modernização", que promove, embalado pelos ventos que arrasaram o muro de Berlim, o bota-abaixo da cultura de esquerda, dos movimentos sociais, suas lutas e conquistas. Enfim, o sonho (aquele, o dos anos 70) acabou. A capa do *Mais!* de 8 de março de 92 provocativamente avisa: "O feminismo abre as pernas", numa grosseira metáfora de rendição do movimento. Onde estão as feministas? Desapareceram do jornal. Ironicamente, no período em que o feminismo conquista um espaço institucional inédito no país, tanto em termos de entidades governamentais e não-governamentais que começam a se articular, quanto gradativamente em termos de academia, justamente nesse momento o suplemento cultural de maior poder no país decreta a morte do feminismo, confundindo a crise das esquerdas e o esgotamento das palavras de ordem feministas dos anos 70 com a morte do próprio feminismo.

O que com efeito vemos desaparecer no *Mais!* é um certo consenso ético que parecia envolver todos aqueles

que acreditavam na reconstrução de um pacto nacional, em que trabalhadores, mulheres, negros, índios, homossexuais tivessem "vez e voz". Talvez a voz mais estridente, mais insistentemente presente, no *Mais!* de 92 e 93 tenha sido a de uma figura que considero bastante nociva, a de Camille Paglia (quem ainda se lembra dela?). Um dos problemas do conhecimento colonizado é o da definição de parâmetros minimamente seguros para avaliação de valores. O que quero dizer é que em meio a um acordo firmemente estabelecido entre o mercado editorial brasileiro e a mídia cultural, Camille Paglia foi vendida fartamente como uma acadêmica arrojada, uma "neofeminista" que tinha tudo a ensinar em seu combate ao feminismo "fundamentalista" e rançoso e uma *pop star* tão surpreendente e vendável quanto Madonna. Para a cultura norte-americana ela foi efetivamente um fenômeno? Impossível saber, em meio à cortina de fumaça da mídia brasileira, que a transformou, por força da insistência, num sucesso arrasador. E ao seu discurso aliam-se outros, muitos outros, alguns norte-americanos, outros europeus, mas muitos também brasileiros, de ataque frontal, raivoso, ao feminismo. Disse antes que nesse período as feministas não tiveram mais espaço no *Mais!*. Pois em seu lugar, os editores e articulistas locais assumiram para si a tarefa de analisar o feminismo, veiculando as idéias de Camille Paglia, Robert Bly e outros produtos similares do mercado de livros anti-feministas.

Usando Schopenhauer para sustentar sua afirmação de que as mulheres são por natureza inimigas, e portanto apenas ocasionalmente aliadas, a jornalista brasileira Marilene Felinto, da equipe da *Folha de S. Paulo*, afirma num artigo de 92 intitulado "Mulher barra seu próprio avanço", que "o movimento feminista não viu que as mulheres não se interessam verdadeiramente por questões tão amplas quanto um movimento de emancipação. Impossível organizar mulheres em torno de qualquer outra causa que não seja uma relacionada aos filhos" — razão pela qual, segundo ela, teria surtido efeito o movimento das mães da Praça de Maio, na Argentina dos anos 70. Ao me contrapor à estreiteza de tal argumento, recordo o ensaio de Verónica Feliu, "Representación y Testimonio. Movimiento de mujeres en el Chile de los 80",² em que a autora combate a idéia de que as mães da praça de Maio estariam reproduzindo o papel materno ao reencenar, em sua performance pública, o lugar ocupado por elas na vida privada. Em suas palavras,

pensar, desde una visión feminista eurocéntrica,
que ser madre — y asumirlo como identidad social —

2. FELIU, 1999.

es sinónimo de debilidade con respecto a los ideales de emancipación, porque los discursos patriarcales emblematizan la maternidad en términos de pasividade, no sólo es un error de concepto, es sobre todo un error político. En mi opinión, al igual que cualquier otro caso de grupos con entidad social, al ejercer presión desde sus roles, las mujeres pueden llegar a una madurez política difícil de igualar; no porque se reafirmen en esos roles, sino, primero porque los reconocen como tales, y, segundo, porque refuerzan el peso político que tienen dentro y fuera de los espacios a los que son relegados. Y ello es así, por que representar un rol no es lo mismo que serlo, es colgarse el cartel del personaje que se es, para que todos lo puedan ver, criticar, problematizar.

Desse modo, Verónica Feliu defende a legitimidade da luta política travada pelas 'mães' e o caráter não conservador, mas, pelo contrário, revolucionário de sua performance no espaço público da praça, situada em frente à Casa Rosada, lugar de onde se via e se fazia ver um dos mais ferozes regimes da ditadura latino-americana. Ao fazer pouco caso do gesto de desafio travado por essas mulheres, que literalmente se defrontavam com o poder, a jornalista brasileira se faz porta-voz de uma posição assumida pelo jornal em que trabalha, de deslegitimação das conquistas empreendidas pelo feminismo e pelos movimentos de mulheres, entrando em profunda contradição inclusive com sua linha editorial da década anterior, quando o *Folhetim* considerava, por exemplo, os movimentos das donas de casa no Brasil dos anos 70 como uma forma altamente positiva de conscientização das mulheres e de incentivo a sua participação na então reemergente vida política brasileira.

No artigo intitulado "a nova Amélia", de outubro de 79, evocando a Amélia de Azael Alves, símbolo da mulher resignada, que "achava bonito não ter o que comer", temos vários depoimentos de mulheres comprometidas com a luta das donas de casa, o que confirma o respeito então conferido pelo *Folhetim* ao tema. O que também se confirma quando lemos o texto que introduz o artigo: "se o samba (de Azael Alves) fosse composto hoje, mostraria uma outra Amélia, bem menos passiva. A mulher de periferia, nestes anos 70, se organizou para reivindicar melhorias nos bairros, salários, creches e, até, engajou-se na luta político-partidária". Sabemos, os que testemunharam a história tal como ela depois se desenrolou na vida política do país — e creio que também em grande parte dos países latino-americanos — que a participação das mulheres na vida político-partidária

não foi uma pacífica consequência de um primeiro momento, puro e eufórico, das lutas das mulheres. Sabemos o quanto partidos de esquerda e de direita "engoliram" o movimento feminista para vomitá-lo depois das eleições, ou, o que foi ainda pior, para degluti-lo integralmente em suas bandeiras gerais e pouquíssimo claras em relação à pauta do feminismo. Sabemos também como foram sempre conflituosas as relações entre os movimentos de mulheres e o feminismo, chegando mesmo a constituir-se num dos impasses do feminismo latino-americano a divisão entre as "madristas" e as feministas, ou seja, a defesa, por um lado, da força política de categorias historicamente definidas como papéis femininos, tais como o de mãe, e, por outro, a recusa da categoria "mulher" e do círculo fechado em que tal conceito ameaça nos encerrar, numa concepção que sugere a existência de uma natureza feminina imutável. Mas, como diz Ann Snitow³ ao pensar sobre essa dualidade, o problema do "nós" para o feminismo (quem somos nós?) é bastante ambíguo, pois apesar de sua falsa promessa de unidade, o "nós" segue sendo politicamente importante. Eu diria que esse "nós" foi uma fonte vital para o feminismo brasileiro. Os cadernos e cadernos que se sucederam no fim da década de 70 e início da de 80 sobre o tema da "mulher" articulavam intimamente a pauta feminista com as reivindicações das classes populares, enfocando prioritariamente os temas ligados ao trabalho. O "nós" que vinculou feminismo e movimentos de mulheres nesse período foi responsável por debates em torno de temas como a família, a maternidade, em que ainda se confundiam o papel social tradicionalmente desempenhado pelas mulheres com as novas concepções que o feminismo descortinava, tais como o aborto, a contracepção, o direito ao trabalho digno e satisfatoriamente remunerado e o direito ao prazer. Em termos de recepção do feminismo no Brasil, portanto em termos de mídia cultural, considero que foi vital a articulação do movimento feminista com as bandeiras políticas que envolviam, entre outros, também os emergentes movimentos de mulheres, como o das donas de casa, reivindicando creches e combatendo a carestia.

Na virada dos anos 90, contudo, essa mesma mídia cultural que esteve ao lado da articulação mulheres/feministas escolhe como sujeitos do discurso sobre o que consideram um "novo feminismo" figuras como Camille Paglia, e, em termos nacionais, apagando a memória do movimento feminista, exclui tanto as feministas ditas históricas, que deram sua contribuição decisiva aos cadernos dedicados ao tema "mulher" da década de 70, quanto as

3. SNITOW, 1998.

mais numerosas, e escolhe como vozes autorizadas, para definir os novos sujeitos de um feminismo que "abriu as pernas", alguns jornalistas sem nenhuma vinculação com o tema. Decorre possivelmente desse fato a existência de artigos tais como o intitulado "PC ou não PC, eis a questão", em que o jornalista Sergio Augusto, identificado apenas como pertencente à "Sucursal do Rio", afirma sobre a política multicultural que, nascida nos Estados Unidos, ela começava a ganhar espaço nas discussões das rodas intelectuais de vários países: "quem, afinal, são eles? São os xifras do multiculturalismo, do feminismo, do marxismo, do homossexualismo, pentelhos de todos os sexos e matizes, espantalhos involuntários do conservadorismo encastelado nas universidades e em outras instituições vitais ao metabolismo cultural da América... do Norte". O articulista, não satisfeito com tal exibição de preconceito e xenofobia, conclui seu texto com uma espécie de exortação patética e anacrônica ao conservadorismo: "Prepare-se para quando a moda chegar aqui. Aproveite para gastar à vontade expressões como preto, crioulo, bola preta, nota preta, gelo baiano, programa de índio, judiar, bicha, etc. Elas podem estar com seus dias contados. Assim como o frango ao molho pardo".

Num caderno dedicado ao tema do multiculturalismo, de abril de 92, é visível a tentativa de esvaziamento do sentido político da ação de seus defensores, bem como o esforço por banalizar o discurso em torno das questões raciais, étnicas, de classe, de gênero, implicadas neste debate. Basta que se veja o modo como se analisa o filme *Os reis do Mambo* dentro dessa discussão. A chamada da matéria já anuncia: "A atual onda de sucesso dos ritmos cubanos nos Estados Unidos mostra que a música transcende as fronteiras das divisões étnicas propostas pelos novos radicais do multiculturalismo". E quem são esses "radicais do multiculturalismo"? Para a editoria do caderno *Mais!*, eles são Mary Louise Pratt, Renato Rosaldo, Leonard Jeffries. Após uma longa série de artigos, que traduzem mais o medo da ameaça representada pelo tema aos "intelectuais" com voz no jornal do que o desejo de interpretá-lo e discuti-lo, o que o leitor percebe é o silêncio absoluto em termos de Brasil. É como se as novas questões propostas pelo multiculturalismo, onde se articulam as preocupações de feministas, negros, grupos étnicos, gays, lésbicas e todos os outros sujeitos que vêm instaurar — e aqui sim o termo faz sentido — uma nova face da discussão sobre a cultura e a política no final do século XX, como se todas essas questões múltiplas, variáveis, complexas, contraditórias, implicadas entre si, nada tivesse

Foi preciso mais uma década para que chegassem a ser tratados com seriedade, ainda que de forma ocasional, na mídia cultural brasileira, os temas já fartamente discutidos pelo feminismo, inclusive brasileiro. Ironicamente, é pela via dos estudos de brasilianistas norte-americanos, e da difusão de seus trabalhos na comunidade acadêmica, que essa mídia cultural começa a levar a sério, no fim dos anos 90, a perspectiva multiculturalista da luta política em que hoje se empenham muitas feministas, numa estratégia de coalizão que vem sendo construída desde a década de 80. Aí sim, raça, gênero, etnias diversas, classe social, orientação sexual, parecem ganhar espaço e tratamento digno. Talvez a mídia brasileira tenha sido forçada a se render às evidências de um novo modo de interpretar a cultura e de fazer política que veio tornar obsoletos — senão obscurantistas — todos os seus argumentos anti-feministas e de combate ao “politicamente correto”. Ou talvez essa mesma mídia tenha apenas encontrado um modo de neutralizar o caráter mais agressivo e contundente do feminismo ao incorporar o conceito de gênero, esvaziando-o de sua vinculação com uma história de luta contra a subordinação das mulheres. Pois, como observa Sonia Alvarez,⁴ o discurso institucional que recentemente incorpora o gênero em seus programas muitas vezes está distante da contundência política do feminismo que lê nas relações de gênero antes de mais nada relações de poder desiguais, em que as mulheres são as grandes implicadas:

La asidua crítica feminista a la subordinación de las mujeres muchas veces se traduce y tergiversa en las prácticas y discursos del Estado. Como me explicó una oficial de la Alcaldía de Calli: ‘ahora la cosa cambió, ya no es aquel feminismo radical de los años 70, ahora es perspectiva de género’. Entre algunos funcionarios públicos, ‘género’ parecería haberse convertido en otro término más en el léxico técnico de planificación, un indicador neutro de ‘modernidad’ y ‘desarrollo’, en vez de un terreno o dominio minado por relaciones desiguales de poder entre mujeres y hombres.⁵

4. ALVAREZ, 1998.

5. Idem, p. 5.

Mas voltando ao caderno *Mais!* do início dos anos 90, e à cruzada anti-feminista que nele se travou, o que pretendo afirmar é que o modo como se definiu o feminismo através de posições como “o feminismo contemporâneo isolou-se da história e decretou sua própria falência quando teceu sua pueril e paranóica fantasia de homens opressores e mulheres vítimas”(Camille Paglia, setembro de 92), ou a de que a nova linhagem de mulheres independentes se opõe às feministas — “enquanto as primeiras falam de política

sexual, acreditam em sexo seguro e adoram Madonna, as feministas falam de opressão, não acreditam em sexo e idolatram Sylvia Plath” (Isabel Koprowski, editora da revista inglesa “For Women”, maio de 92) — esse modo de (re)definir o feminismo num discurso único, com poucas nuances e pouquíssimas divergências, esse tom de consenso em torno da falência da “utopia” feminista, esvaziando sua agenda política e ridicularizando suas personagens, são sintomas de um sério retrocesso político e cultural que o país enfrentou justamente no período em que se reivindicou mais “moderno”. Fim do consenso, que nos anos 70 reunia sob bandeiras comuns todos aqueles que se identificavam sob o abrigo de um amplo e indefinido “campo de esquerda”, delineia-se a partir de meados dos anos 80 um duplo movimento. Por um lado, rompe-se o consenso, ou seja, aquilo que Zuenir Ventura chamou de o “histórico saco de gatos que continha toda a oposição, permitindo que se visse que nem todos aqueles gatos eram pardos” —⁶ o que pode ser considerado sem dúvida um saldo altamente positivo dessa época. Por outro lado, contudo, é inevitável constatar que parte da “inteligência” brasileira, especialmente aquela que no período se deu a conhecer nas páginas do *Mais!*, “desconversou” — se é que não desautorizou, des-legitimou — quando o assunto em questão era o feminismo, o gênero, as questões raciais e étnicas que então surgiam como temas para o debate cultural. E por quê? Difícil responder dentro dos limites de uma leitura que se baseia sobretudo, como já disse antes, numa experiência pessoal, quando o que se tem como instrumentos são a memória e a vivência das leituras, distantes de um arsenal mais refinado no campo das ciências sociais. Mas vale lembrar as palavras de Cazusa, poeta que nos anos 80 resumia aquilo que com muita sensibilidade captava no ar: “meus heróis morreram de overdose, meus inimigos estão no poder. Ideologia, eu quero uma pra viver”. O grito ressentido de Cazusa contra a morte de toda ideologia assinalava o início de um longo caminho que de certo modo todos nós iríamos forçosamente percorrer, mas que, dentro do *Mais!*, de maneira muito especial, se assemelhava por vezes a um túnel sem saída, onde é impossível respirar.

Se para a expressiva parcela da elite cultural brasileira representada pelo *Mais!* naquele momento o clima pós-moderno que então se definia significava, ainda que de forma obscura, o fim do tempo das bandeiras políticas, o feminismo, por sua vez, tentava encontrar soluções para seus impasses. E como todo pensamento que se percebe em crise, ele promove então um profundo mergulho de

6. VENTURA et alii, s.d. p. 266.

7. HUTCHEON, 1990.

Se, como afirma Linda Hutcheon,⁷ o pensamento pós-moderno e o feminismo são dois aliados no empreendimento de “desdoxidificar” a cultura contemporânea, eles se distanciam, contudo, no que diz respeito ao investimento político que o feminismo precisa manter vivo, pois, ainda segundo a autora canadense, a principal divergência entre as duas estratégias, a feminista e a pós-moderna, reside na ambigüidade política do pós-modernismo: ele é ao mesmo tempo cúmplice e contestador das dominantes culturais dentro das quais opera. O feminismo (ou os feminismos, como Hutcheon prefere nomear a pluralidade de tendências que constituem hoje a teoria feminista), ao contrário, precisa ter agendas políticas específicas e não-ambíguas. Vemos, portanto, que a partir de um período em que o feminismo se (auto)propõe como tema de reflexão, problematiza-se enquanto movimento que teria supostamente encontrado uma encruzilhada histórica na ameaça de seu esgotamento e que emerge revitalizado, aliando à negatividade teórica — própria do momento em que vive — a afirmatividade política de sua prática. Assim encontramos o feminismo a partir dos anos 80: reafirmado, tanto na perspectiva política que lhe deu origem quanto na discussão teórica que o atualiza.

Passados os anos, e observando as últimas três décadas “a contrapelo”, é possível dizer que aqueles que apostaram na morte do feminismo se enganaram: para além das reivindicações que o estruturaram como movimento nos anos 70 e início dos 80, ele se construiu posteriormente como um modo de pensar a sociedade de raro alcance interpretativo, operando e fazendo interagir categorias tão eficazes quanto distintas de análise das relações sociais, como gênero, raça, classe, etnia, geração etc.

Parece que ultrapassamos o umbral do fim do milênio. E, ao contrário do que previram muitos, a história não acabou. O que pode nos trazer perspectivas menos sombrias. Exemplo: em outubro de 2000, o *Mais!* — cumprindo ainda seu papel intermediário entre o senso comum e o “cult” — avisa a todos os seus leitores aquilo que quase todos já sabiam: que o feminismo está vivo e passa bem. Em sua matéria de capa, o caderno apresenta “a nova onda do feminismo”; desdobrando-se em alguns artigos e entrevistas, resgata, em linhas gerais, a legitimidade do movimento, e faz voltar à cena, em carne e osso, as feministas. A pergunta que se reitera nos diversos textos gira em torno do esgotamento (ou não) das propostas do feminismo. Para Rose Marie Muraro e a procuradora de justiça Luiza Nagib Eluf, por exemplo, a pergunta vai diretamente ao ponto: “Vivemos numa época

pós-feminista?" Ao que ambas respondem "Não". "Pós significa negação", diz Rose Marie, enquanto a outra entrevistada arremata: "Ainda não chegamos lá. Estamos vivendo um momento de modificação do movimento feminista, alteramos nossas estratégias porque a sociedade já mudou bastante, mas as conquistas ainda precisam ser consolidadas". O que, de certo modo, faz lembrar a excelente síntese, formulada por Boaventura de Sousa Santos, das desigualdades de gênero promovidas pelo processo de globalização:

O problema fundamental do espaço-tempo doméstico em condições de crescente globalização da economia reside em que, por um lado, a entrada no mercado permite às mulheres transcender a dominação patriarcal do espaço-tempo doméstico, por outro lado, esta dominação transborda deste espaço para o espaço-tempo da produção e, por essa via, reproduz, se não mesmo amplia, a discriminação sexual contra as mulheres.⁸

8. SANTOS, 1999, p. 106.

Indagada sobre a mesma questão — se o feminismo ainda se apresenta como um projeto eficaz — a "histórica" Juliet Mitchell enfatiza em sua resposta o alcance teórico atual dos estudos feministas:

O que uma quantidade enorme de bons trabalhos tem mostrado é que, quando se aborda qualquer questão — seja ela histórica, sociológica, geográfica etc — a partir de uma perspectiva de gênero, ela adquire outro sentido. Ou seja, como um modo de análise, uma metodologia, gênero é uma categoria que nos faz pensar de modo diferente sobre qualquer tema.

Enfim, o que se depreende, em última análise, da série de textos que buscam mapear a "nova onda do feminismo" no *Mais!* de 15 de outubro de 2000 é que em suas páginas encontramos um feminismo amadurecido, fragmentado, pós-moderno. Uma definição ampla como essa pode suscitar muitas, inúmeras interpretações, e elas permanecem virtualmente em aberto. O que se pode afirmar com certeza é que ele (o velho feminismo!) aí está, mais uma vez, na ordem do dia, na capa dos nossos cadernos culturais. Se seu perfil político e teórico se redesenha, o que é evidente, seu poder interpretativo todavia se amplia. O que nas páginas do *Mais!* soa como uma completa novidade; para as feministas, no entanto, isso não é nenhuma surpresa.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia. En qué Estado está el Feminismo? Reflexiones teóricas y perspectivas comparativas. In: Seminario Internacional "Experiencias de Investigación desde una Perspectiva de Género", do Programa de estudios de Género, Mujer y Desarrollo, 6 a 9 outubro de 1998, Universidad Nacional de Colombia, Santa Fé de Bogotá.
- FELIU, Verónica. Representación y testimonio. Movimiento de mujeres en el Chile de los 80. *Travessia*, Florianópolis, UFSC, Curso de Pós-Graduação em Literatura, n.38, p. 79-108, jan-jul. 1999.
- HUTCHEON, Linda. *The Politics of Postmodernism*. New York: Routledge, 1990. p. 141-168.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SNITOW, Ann. Un diario de género. In: NAVARRO, Marysa e STIMPSON, Catharine (orgs.). *Qué son los estudios de mujeres?* México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.179-232.
- VENTURA, Zuenir. Depois de 21 anos, o desacordo. In: GASPARI, Elio, HOLLANDA, Heloísa Buarque de e VENTURA, Zuenir. *70/80 Cultura em trânsito; da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, s.d..

[Recebido para publicação em maio de 2000]

Feminism in the News: Revisiting Brazil from the 1970s to the 1990s

Abstract: In this article, the author examines the production and reception of discourses on feminism in Brazil from the 1970s to the 1990s as they appeared in the pages of *Folhetim* and *Mais*, cultural supplements of the newspaper *Folha de São Paulo*. In this analysis, the author maps out which ideas about feminism were circulating and their subsequent transformations in an attempt to reconstruct both the theoretical routes that the discourses in the supplements were opening up and how these discourses related to larger events in the Brazilian political context.

Keywords: feminism, cultural journalism, Brazil, feminist movement, politics.